



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MINAS GERAIS
SEÇÃO DE GESTÃO DE PATRIMÔNIO

DESPACHO

ASSUNTO: Prestação de Contas Anual - Memorando nº 001 / 2024 - CAU

Senhor Coordenador de Controle Patrimonial,

Em atendimento ao solicitado no documento [4958731](#), informamos:

I - Recomendações da auditoria interna atendidas no exercício de 2023:

I.1.

Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais	
Relatório de Auditoria	SEI n.º 0015010-08.2022.6.13.8000
Auditoria Financeira Integrada com Conformidade nas Contas relativas ao período de 1º/1/2022 a 31/12/2022 (documento 4078383)	
Determinações expedidas pela Presidência: documento SEI 4141769	
"2. à Secretaria de Gestão Administrativa e à Secretaria de Orçamento e Finanças para que a Seção de Gestão de Patrimônio – SEGEP e o Núcleo Setorial Contábil – NSECO, respectivamente: 2.1. consultem o Tribunal Superior Eleitoral a fim de: 2.1.1.(...) 2.1.2. verificar a extensão do procedimento de reavaliação adotado para as urnas eletrônicas aos demais bens da classe 1.2.3.1.1.02.01 – Equipamentos de Tecnologia da Informação e Comunicação/TIC, que estão sem reavaliação, considerando o disposto no subitem 11.4 da parte II do MCASP, bem como o subitem 4.4.2 da macrofunção 020335;"	
Síntese de providências adotadas e Resultados obtidos:	
Os bens da conta de Equipamentos de Processamento de Dados, seguindo Orientação do Tribunal Superior Eleitoral encaminhada aos Regionais em 2012, como demais bens móveis, estão sendo depreciados mensalmente pelo sistema de patrimônio ASIWeb. Seguindo instruções daquele Tribunal (Orientação COFIC/SOF/TSE nº 3/2012), foi solicitado aos Tribunais Regionais Eleitorais a realização de procedimentos, no ASIWeb e no SIAFI, referentes à reavaliação de bens adquiridos em exercícios anteriores a 2010, o que foi providenciado por este TRE-MG. Com isso, os bens adquiridos a partir de janeiro de 2010 passaram a depreciar, no Sistema de Patrimônio ASIWeb, mensalmente, de forma automática. Quando se trata de reavaliações de urnas eletrônicas e kits biométricos, as diretrizes são encaminhadas pelo TSE a todos os Regionais, que são efetivadas à época do recebimento.	
Setor responsável pela implementação:	
SEGEP – Seção de Gestão de Patrimônio	

II - Situação das recomendações da auditoria interna que permanecem pendentes de atendimento no exercício de 2023:

II.1.

Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais	
Relatório de Auditoria	SEI n.º 0015010-08.2022.6.13.8000
Auditoria Financeira Integrada com Conformidade nas Contas relativas ao período de 1º/1/2022 a 31/12/2022 (documento SEI 4078383)	
Determinações expedidas pela Presidência: documento 4141769	
<p>"1. à Secretaria de Gestão Administrativa – SGA, Secretaria de Gestão de Serviços – SGS e Secretaria de Orçamento e Finanças – SOF com o objetivo de:</p> <p>1.1. elencar e distribuir as responsabilidades e procedimentos pela atualização e reavaliação dos bens imóveis do TRE-MG, atualizando o Regulamento da Secretaria, se for o caso (A-01);</p> <p>1.2. solicitar, junto à Secretaria de Patrimônio da União – SPU, orientações sobre os procedimentos em comento (A-01);</p> <p>1.3. promover capacitação de servidores da Secretaria do Tribunal a respeito dos temas relacionados aos imóveis (A-01);</p> <p>1.4. levantar cronograma para a correção dos valores dos imóveis do TRE-MG após a devida orientação junto à SPU e TSE (A-01);</p> <p>1.5. atribuir as responsabilidades pela gestão das atualizações / reavaliações a determinada(s) unidade(s) administrativa(s), caso entenda necessário (A-01);</p> <p>1.6. informar em notas explicativas no(s) ano(s) em que forem efetivadas as atualizações / reavaliações (A-01)."</p>	
Justificativa apresentada pelo seu Não Cumprimento:	
<p>Em reunião realizada por representantes da SGS, SOF e SGA, definiu-se pela contratação de serviços de engenharia para proceder à reavaliação do valor monetário dos imóveis do TRE-MG, o que está em andamento por meio do Processo SEI 0001652-73.2022.6.13.8000, de iniciativa da SGS (item 1.1 e 1.5).</p> <p>Sobre os procedimentos a serem aplicados, houve a edição pelo TSE da Orientação SOF/TSE nº 17/2022 (item 1.2).</p> <p>A contratação de serviços de engenharia para proceder à reavaliação do valor monetário dos imóveis do TRE-MG supre a necessidade de capacitação (item 1.3).</p> <p>Após a reavaliação dos imóveis pelos especialistas contratados no processo acima citado, que é de acompanhamento da SGS, a SEGEF receberá um processo SEI do setor competente da SGS com a informação dos valores, para que, então, possa registrá-los no sistema SPIUnet, atividade esta, que cabe à SEGEF. Em razão de a competência da SEGEF de registrar no sistema estar na fase final do procedimento, não há cronograma (item 1.4).</p> <p>Após receber as informações com os novos valores, ao registrá-los no sistema SPIUnet, a SEGEF irá procurar descrever em campo disponível neste sistema, de forma a explicar o lançamento (item 1.6).</p>	
Setor responsável pela Implementação:	
SGS, SGA e SOF, e respectivos setores que possuem competência em cada fase dos procedimentos.	

II.2.

Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais	
Relatórios de Auditoria	SEI n.º 0015010-08.2022.6.13.8000
Auditoria Financeira Integrada com Conformidade nas Contas relativas ao período de 1º/1/2022 a 31/12/2022 (documento SEI 4078383)	
Determinações expedidas pela Presidência: documento 4141769	
<p>"2. à Secretaria de Gestão Administrativa e à Secretaria de Orçamento e Finanças para que a Seção de Gestão de Patrimônio – SEGEP e o Núcleo Setorial Contábil – NSECO, respectivamente:</p> <p>2.1. consultem o Tribunal Superior Eleitoral a fim de:</p> <p>2.1.1. obter informações complementares sobre a implementação do Modelo de Reavaliação dos bens móveis de modo a fornecer diretrizes para a sua realização, ocasião em que devem ser expostas as dificuldades e limitações para a adoção desse procedimento, bem como a relação do custo-benefício para sua efetivação (A-02); 2.1.2.(...)</p> <p>2.2. apresentem elementos comprobatórios de que a relação custo-benefício para implementar a reavaliação dos bens móveis restará prejudicada, submetendo-os para avaliação e anuência da Alta Administração, caso as áreas responsáveis entendam que não deve ser adotado o Método da Reavaliação no TRE-MG (A-02)."</p>	
Justificativa apresentada pelo seu Não Cumprimento:	
Foi instaurado o processo SEI 461-22.2024.6.13.8000, submetido à apreciação da Alta Administração. Por meio deste processo foi exposta a impossibilidade de implementação do modelo de reavaliação dos bens móveis no TRE-MG pelos setores, devido falta de estrutura física, pessoal e recursos tecnológicos, além da existência de questionamentos acerca da razoabilidade da implantação de tal modelo, uma vez que o TREMG já adota o modelo de custo como política contábil e as normas contábeis facultam a adoção desse procedimento.	
Setor responsável pela Implementação:	
SGA (SEGEP) e SOF (NSECO)	

Por fim, quanto as atuais publicações existentes no site da [Transparência e Prestação de Contas](#), aba Relatórios de Auditoria e Providências adotadas, informamos que:

Para as recomendações que permaneciam pendentes (quadro 2):

- Exercício de 2022:

Relatório de auditoria: [006173-95.2021.6.13.8000](#)

Informações atualizadas, conforme informado no item II.1, acima (Relatório de auditoria 0015010-08.2022.6.13.8000).

À consideração superior,

Belo Horizonte, 26 de fevereiro de 2024.

Morgana Cunha de Oliveira
Seção de Gestão de Patrimônio



Documento assinado eletronicamente por **MORGANA CUNHA DE OLIVEIRA**, **Chefe de Seção**, em 26/02/2024, às 16:56, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.tre-mg.jus.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&acao_origem=documento_conferir&lang=pt_BR&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **4985718** e o código CRC **7399C23A**.

0001548-13.2024.6.13.8000

4985718v1

Criado por **091294360230**, versão 20 por **091294360230** em 26/02/2024 15:22:05.